



Francisco Simões
Investigador Auxiliar ISCTE

Setor social: é deixá-lo definhar

Ponto prévio: embora seja, atualmente, vogal da direção de uma Instituição Particular de Solidariedade Social, na Ilha Terceira, escrevo na qualidade de ex-técnico dessa entidade, onde fiz de tudo um pouco durante 11 anos. Tenho muito orgulho nessa etapa da minha vida profissional e pelo trabalho que fizemos juntos. Durante esse período, participei em alguns dos projetos e iniciativas que mais me marcaram pessoal e profissionalmente. E sim, essa experiência ofereceu-me uma mundividência essencial para o que faço hoje, enquanto docente e investigador. Escrevo também enquanto cidadão que reconhece ao terceiro setor um papel próprio e indispensável na sociedade. Por fim, e fundamentalmente, discorro sobre as carreiras e condições salariais dos técnicos do setor social, nos Açores, porque a recente discussão sobre as mesmas na Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa Regional é feita em termos inconcebíveis.

Genericamente – e sem o contexto das intervenções completas, é preciso dizê-lo

– os presidentes da URIPSSA e da União das Misericórdias dos Açores resignam-se à ideia de que os salários dos trabalhadores nos quadros das entidades sociais não devem ser equiparados aos dos funcionários públicos. E não devem por que razão? Está instalada uma hierarquia? Seria indigno para os trabalhadores do Estado ou uma regalia desproporcional para os trabalhadores do setor social? Eu bem percebo o sentido das declarações: há uma lei, carreiras distintas e, assim sendo, são trajetórias profissionais distintas. E ante a falta de contexto, talvez debatido na referida comissão, aqui fica ele, no limite do possível, em forma de passado, realidade e absoluta necessidade.

O passado resume-se em uma pena. No virar do milénio, ante a enorme escassez de respostas para fazer face a diversos desafios, sucessivos governos regionais decidiram alargar indiretamente a sua ação por via das instituições sociais. Estas, cientes da sua missão, aceitaram o desiderato, embora muitas das vezes também não se importassem com os exageros de uma governação musculada. Criaram-se respostas im-

portantes, mas também redundâncias e formas de controlo inaceitáveis. Sobre isso, poderia escrever um compêndio.

Entretanto, a realidade social alterou-se, sobretudo nos extremos etários, para os quais essas respostas são prioritárias. Os desafios das crianças e dos jovens são outros, seja ao nível da socialização, das formas de aprendizagem ou da relação com o mundo mediada pelo digital. Ademais, a população envelhece a um ritmo galopante, exigindo mais cuidados de toda a ordem. Insinuar que as respostas sociais se manterão basicamente as mesmas nos próximos dez anos, com um quadro de pessoal semelhante, chega a parecer uma alucinação. A ser assim, a capacidade de captação e retenção dessas pessoas será cada vez menor e instala-se uma rotatividade que, do ponto de vista da qualidade do serviço prestado, é o pior cenário possível. E isso já está a acontecer, com a debandada de educadores de infância para o setor público.

A necessidade é, pois, dupla. Por um lado, o de valorizar as carreiras, porque a respetiva lei não é um dogma. Ainda que se mantenham diferentes carreiras,

a convergência salarial é possível, mas não com aumentos anuais médios abaixo da inflação. Por esse desígnio não se deveriam bater, apenas, os sindicatos. Por outro lado, a administração regional tem de criar esse horizonte. Atualizaram-se carreiras públicas na saúde (e bem) e na educação (e bem), mas ainda que as dificuldades de tesouraria sejam evidentes, esse horizonte tem de ser criado. A três, quatro ou cinco anos. É que no final do dia, o governo não tem solução mais barata para as respostas que terá de continuar a assegurar. No meio de tudo isto, custa a acreditar que as entidades representativas do terceiro setor não percebam essa realidade no processo negocial. Já agora, acabava-se com a lógica estrita de financiamento pessoa/mês. Ainda que podendo ser uma componente do quadro financiador, deveria ser substancialmente ponderado por indicadores de qualidade do serviço prestado, monitorizados a partir de fora e não pelas instituições em causa própria, algo que nunca foi implementado. Sim, seria uma reforma do setor social. Mas essa parece-me que ninguém a quer. ■

